



**CÂMARA
MUNICIPAL**
DE ANÁPOLIS

Projeto de Lei Ordinária 120/2024

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

OBSERVÂNCIA DO REGIMENTO INTERNO DA
CÂMARA. OBSERVÂNCIA DA LEI ORGÂNICA DO
MUNICÍPIO. CONSTITUCIONALIDADE.

PARECER

1 – RELATÓRIO

Trata-se de propositura de Lei Ordinária de autoria da vereadora Andreia Rezende que inclui “Inclui, no Calendário Cívico, Cultural e Turístico do Município de Anápolis-GO, o Baile do Rubi promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil-Subseção de Anápolis”.

2 – FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal de 1988, nos incisos I e II de seu art. 30, estabelece que compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as normas federais e estaduais, no que couber.

Ora, a inclusão do Baile do Rubi promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil-Subseção de Anápolis no calendário oficial do Município amolda-se a esses dispositivos constitucionais. Sendo assim, a proposta de Lei aqui discutida não incorre na chamada inconstitucionalidade formal orgânica.

Por outro lado, a Lei Orgânica de Anápolis não exige que o processo legislativo tratando sobre o assunto aqui discutido seja deflagrado pelo Chefe do Poder Executivo (art. 54). Isso significa que, apenas pelo fato de um parlamentar apresentar a proposição, não há a denominada inconstitucionalidade formal subjetiva.



Além disso, a forma escolhida, qual seja, Projeto de Lei Ordinária, é correta, pois não há necessidade de mudança na Lei Orgânica do Município (art. 48 desse Diploma Legal), não houve delegação legislativa (art. 51) e o assunto não se apresenta entre aqueles que devem ser regulados por Lei Complementar (art. 49), por Decreto Legislativo (art. 62) ou por Resolução (art. 64).

Por fim, o Regimento Interno desta Casa dispõe que proposta de Lei é a proposição que tem o objetivo de regular todo e qualquer tema de competência do Município, apresentado em 2 (dois) turnos de votação e sujeito à sanção do Prefeito (art. 98, *caput*).

3 – CONCLUSÃO

Ante o exposto, tendo em vista que foram observados os preceitos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município de Anápolis e do Regimento Interno desta Câmara dos Vereadores, opina-se **FAVORAVELMENTE** à regular tramitação da propositura na forma da emenda apresentada.

É o parecer.

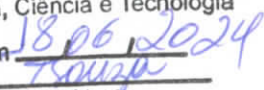
Anápolis, 18 de junho de 2024.


LISIEUX JOSÉ BORGES
Vereador


Vereador(a) Relator(a)
Cleide M. Hilário de Barros
VEREADORA


Edmilson Ferre de Oliveira
VEREADOR


TIAÍAIS GOMES DE SOUZA
Vereadora

Encaminhe-se à Comissão de Educação,
Cultura, Ciência e Tecnologia
em 18.06.2024

Presidente